

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O VERDE VIDA PROGRAMA OFICINA EDUCATIVA é uma Associação, com personalidade jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, de prazo indeterminado, com atividades de associações de defesa de direitos sociais e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Possui preponderância da assistência social, com valorização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, reconhecida de Utilidade Pública Federal pela Lei 91/35 de 19/06/2000, reconhecimento da Utilidade Pública Estadual pela Lei 10.399 de 29/04/1997 e de Utilidade Pública municipal pela Lei 3.689 de 22/05/1996. Está registrado no Conselho Nacional de Assistência Social pela Resolução nº 31 de 16/04/2002 e certificado como Entidade Beneficente de Assistência Social pela Resolução CCebas 0284/2002 de 16/12/2002 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. É participante e está registrado no Conselho Municipal de Assistência Social desde 29/11/2000 pela resolução 09/2000 e da mesma forma no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela resolução 024/2000. O Verde Vida Programa Oficina Educativa, conforme o Artigo 2º do seu estatuto, tem como principais finalidades: I – Desenvolver ações sociais que tenham por base o trabalho sócio-educativo, sem fins lucrativos, que assegure ao adolescente, que dele participe, condições de capacitação, buscando o exercício de atividade regular remunerada; II – Desenvolver ações de benefício ao meio ambiente, como a coleta seletiva, reciclagem e destinação de resíduos, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, criação de parques, sensibilização para a correta separação de resíduos, tratamento do lixo urbano e rural, saneamento básico e saúde pública, inserção e apoio a catadores e, a preservação de recursos naturais; III – Estimular ações comunitárias de apoio à sociedade, de encaminhamento de sua auto sustentabilidade e de estímulo ao trabalho voluntário; IV – Promover ações de inclusão social por meio do esporte, fortalecendo a comunidade, a cidadania plena e a efetiva inserção social; V – Promover oficinas sócio educativas e inserção social e de incentivo à cultura, através do teatro, música, dança, atividades circenses, poesias, atividades literárias, e outras manifestadas ao público através de shows ou atos culturais; VI – Capacitar e encaminhar jovens para o mercado de trabalho, através da educação profissionalizante ou de trabalho sócio educativo, incluindo-se o reforço escolar, o ensino da informática e a preparação para o ingresso no mercado de trabalho formal; VII – Participar de Conselhos, fóruns e comitês que atuem ou desenvolvam atividades de inserção social e ações relacionadas ao meio ambiente; VIII – Colaborar com o conhecimento técnico e profissional, bem como no desenvolvimento de treinamento na formação de cooperativas de reciclagem, e sua regularização formal; IX - Promover inclusão social de famílias carentes e de adolescentes em situação de vulnerabilidade social decorrentes do tráfico de drogas e círculo vicioso da criminalidade; X – Desenvolver ações sociais de fortalecimento da convivência familiar e comunitária; XI – Desenvolver atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã, e a formação geral para o mundo do trabalho; XII – Realizar atendimento sócio assistencial para adolescentes em situação de risco social, adolescentes egressos de medidas sócio-educativas e seus familiares; XIII – Realizar ações com foco na convivência social por meio da arte, cultura, lazer e esportes; XIV – Desenvolver as ações heterogêneas na composição do grupo atendido pelo Programa sócio educativo; XV – Realizar e oferecer assessoria para cooperativas, associações e famílias de catadores de materiais recicláveis.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2015, o Verde Vida Programa Oficina Educativa adotou a Lei nº 11638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 no que se refere aos aspectos da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução CFC nº 1374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e demais Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC 1.330/11 (ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Livro Diário” que é posteriormente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do município de Chapecó. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apóiam ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

4.2) Fundos de Investimento: Os fundos de investimento estão demonstrados pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

As modalidades de fundos estão representados da seguinte forma:

	2015	2014
Banco do Brasil- Fundo Investimento	R\$ 0,00	R\$ 36.349,77
CEF – Fundo Investimento FIF DI	R\$ 0,00	R\$ 35.000,00

Os valores aplicados tanto do Banco do Brasil quanto da Caixa Econômica Federal foram utilizados durante o exercício 2015, inclusive para a compra de um veículo Fiat Strada.

4.3) Ativos circulantes e não circulantes – Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Referem-se às receitas provenientes de duplicatas a receber, cheques em cobrança, adiantamento a empregados e a fornecedores, impostos a recuperar e poupança. Estão representados da seguinte forma:

Conta contábil	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Duplicatas a Receber	99.160,66	84.784,88
Cheques Devolvidos a Cobrar	1.046,40	1.046,40
Adiantamento a Empregados	15.086,25	7.904,66
ICMS a Recuperar	388,61	791,31
CEF Valores a Reembolsar	1.757,75	1.757,75
TOTAL	117.439,67	96.285,00

Em 31 de dezembro de 2015, a organização Verde Vida possuía R\$ 117.439,67 em valores a receber, o que expressa um aumento de aproximadamente 22% em relação ao que continha em 2014.

4.4) Estoques – Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16) – Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado. Os estoques de sucatas diversas apresentam a seguinte composição:

Conta contábil	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Sucatas Diversas	31.770,00	27.346,45

4.5) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação, e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 – NBC TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

4.6) Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, aquisições de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos.

4.7) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

4.8) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

4.9) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

4.10) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

4.11) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

4.12) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de contribuição espontâneas de terceiros, quando não condicionadas especificamente a eventos futuros, são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos. O superávit/déficit referente às atividades do Verde Vida é incorporado ao patrimônio líquido somente ao término de cada exercício social (31 de dezembro).

4.13) Estimativas contábeis: A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

4.14) Outros ativos circulantes: A conta de encargos financeiros a vencer é composta pela apropriação mensal de juros referentes ao Finame dos Bancos Volkswagen e Fiat, além da apropriação de multas referentes ao parcelamento do INSS.

4.15) Ativo Não Circulante (Realizável a Longo Prazo): A entidade possui depósitos judiciais do BACEN, Caixa Econômica Federal, B. Brasil C/ Poupança e Ministério do Trabalho, que não sofreram alterações no exercício 2015.

NOTA 5 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

Para viabilizar o atendimento das suas necessidades, o Verde Vida – Programa Oficina Educativa, conta com pessoas e entidades interessadas em desenvolver ações sociais que tenham por base o trabalho sócio-educativo, que assegure ao adolescente que dele participa condições de capacitação, conforme as finalidades estatutárias do Verde Vida. O Programa adquire bens, móveis e instalações e a própria sede, através de convênios, doações e principalmente da receita oriunda de venda de produtos como: papelão, plástico, vidro e produtos reciclados. O Ativo Imobilizado e o Intangível estão registrados contabilmente conforme apresentado:

Conta contábil	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Edifícios	193.547,29	193.547,29
Terrenos	300.000,00	300.000,00
Construções Andamento-Parque Verde Vida	89.146,99	89.146,99
Caixa D'Água	28.848,55	28.848,55
Construção em Andamento – Sala Social	196.210,03	196.210,03
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	85.022,83	85.022,83
Construção Quadra Esporte - Social	18.988,72	18.988,72
Construção Pavilhão Reciclagem	50.290,00	50.290,00
Construção Pavilhão Compostagem e Biodisel	198.717,42	183.557,92
Móveis e Utensílios	81.971,25	73.858,07
Veículos	485.546,03	449.646,03
Instalações	98.856,05	98.856,05

Máquinas e Equipamentos	389.155,72	372.255,72
Equipos.de Processamento de Dados	50.373,18	50.373,18
Licença de Uso de Software	21.502,05	14.429,82
TOTAL	2.288.176,11	2.205.031,20

NOTA 6 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 7 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelas obrigações a Longo Prazo da entidade, que neste caso são financiamentos junto ao Banco Volkswagen. Os dois financiamentos existentes foram quitados durante o exercício 2015.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido (diminuído) do superávit (déficit) acumulado e do superávit/déficit do exercício.

NOTA 9 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Resolução do CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes, pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

NOTA 10 – SUBVENÇÕES PÚBLICAS

Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07) – A Entidade recebeu recursos financeiros provenientes de convênios com órgãos públicos, com o objetivo principal de executar projetos e atividades conveniadas entre as partes, relacionadas aos objetivos estatutários da Entidade, sendo que estes valores são aplicados nas atividades previstas. A Instituição presta conta dos valores recebidos, ficando toda a documentação a disposição na sede da entidade para quaisquer verificações das despesas realizadas. A Entidade atende aos requisitos da Resolução CFC nº 1.305/2010 que aprovou a NBC T 19.4 Subvenção e Assistência Governamentais, sendo os valores recebidos conforme quadro:

Conta contábil	2015 (R\$)	2014 (R\$)
Convênio PMC-FIA	67.204,69	141.758,81
Doações Sócios Mantenedores	0,00	0,00
Subvenção Governo do Estado	0,00	0,00
Doação Governo do Estado P/ Ampliações	0,00	153.900,00
Doações Rotary Club Internacional	0,00	2.100,00
Doações Prefeitura Munic. Chapecó	96.854,00	27.554,00
Doação Gov. Estado Projeto Econ. Solidária	0,00	119.820,00
Doações Diversas	51.629,96	113.484,03

Em 2015, as receitas com doações totalizaram R\$ 215.688,65. Este valor corresponde a aproximadamente 11,35% do total das receitas auferidas em 2015. No decorrer da utilização dos valores disponibilizados por estes órgãos, os saldos positivos são aplicados e a receita revertida a favor do respectivo projeto.

NOTA 11 – RECEITAS

A principal receita da entidade é a venda de papelão. No exercício 2015, o valor foi de R\$ 1.683.736,05. Houve uma perda de aproximadamente 1,52% nesta receita com relação ao exercício anterior. Outras receitas também seguem o mesmo critério, sendo reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

NOTA 12 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2015 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método indireto.

NOTA 14 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENÇÃO)

A Entidade é portadora Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, portanto, usufrui da Isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, sendo que no exercício de 2014 foi de R\$ 262.288,64 e no exercício 2015 foi de R\$, conforme valores abaixo demonstrados:

	2015 (R\$)	2014 (R\$)
INSS Patronal	195.204,17	187.684,18
RAT (Riscos Ambientais de Trabalho)	19.520,41	18.768,42
FAP (Fator Acidentário Previdenciário)	14.152,31	13.607,10
Terceiros	56.609,20	42.228,94
TOTAL	285.486,09	262.288,64

NOTA 15 – RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEBAS.

A entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social desde 2002, conforme CCEBAS/0284/2002, Resolução CNAS 180/2002, de 10/12/2002, publicada no Diário Oficial em 16/12/2002, Seção I, julgando o processo nº 44006.001600/2002-81. Desde então, tem apresentado regularmente sua prestação de contas, e buscado a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Através do processo 71010.0021778/2005-37 deferido pela Resolução CNAS nº 180/2007 de 16/10/2007 publicada em 26/10/2007 a validade foi prorrogada até 15/12/2008. A legislação pertinente foi o Artigo nº 37 da Medida Provisória nº 446 de 07/11/2008. Em 01/09/2009 foi protocolado no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 71000.051821/2009-07 requerimento e que conforme o Artigo 35 da Lei 12.101/2009 foi dado validade até 15/12/2009 e posteriormente até 31/12/2012. O Verde Vida Programa Educativa possui processo em análise de recurso sob o nº 71000.132327/2012-30, reconstituição dos autos nº 71000.051821/2009-07, em recurso administrativo ao Parecer Técnico nº013/2013/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Deste modo, a Entidade comprova sua condição de Certificada na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12101/2009, regulado pelo Artigo 8º do Decreto Federal nº 7237/2010, possuindo direito às imunidades das Contribuições Sociais, uma vez que cumpre o Artigo 29 da Lei nº 12101/2009. Houve reconsideração da decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 106, de 16/07/2013, e publicada no Diário Oficial da União em 19/07/2013. Ocorreu o deferimento da Renovação da Certificação de entidade beneficente de Assistência Social, protocolada sob nº 71000.132327/2012-30, conforme Portaria SNAS/MDS nº 199 de 30 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 01/10/2014 e com validade assegurada de 16/12/2009 até 15/12/2014. Foi protocolada a documentação para renovação em 27/11/2014. A renovação ocorreu conforme Ofício nº 4888/2015 e tem validade até 15/12/2017.

NOTA 16 – FORMA COMO A INSTITUIÇÃO BUSCA SUA CONDIÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – EBAS.

O Verde Vida - Programa Oficina Educativa é uma Organização Não Governamental reconhecida, de utilidade pública municipal, estadual e federal, que no ano de 2015 atendeu 140 adolescentes em situação de risco social, na faixa etária de 12 a 17 anos, gerou 70 empregos diretos, e encaminhou ao mercado de trabalho 7 adolescentes. Dos 140 adolescentes, 90 eram atendidos de maneira regular nas oficinas socioeducativas. Conta com a colaboração de profissionais

liberais e voluntários, além de manter parcerias com entidades profissionalizantes, para viabilizar ações sócio-educativas e gerar resultados quantitativos e qualitativos em transformação social.

Os adolescentes chegam ao Programa com dificuldade de relacionamento, baixo rendimento escolar e com pouca perspectiva em relação ao futuro. Participam de oficinas sócio-educativas, melhoram sua condição psíquica emocional, adquirindo habilidades necessárias para o ingresso no mercado de trabalho. Por meio do Programa, o Adolescente Trabalhador e o Menor Aprendiz são encaminhados ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além de diversas empresas particulares. Os adolescentes que participam do Verde Vida têm atendimento médico e odontológico e, se necessário, ortodôntico, através de convênio firmado com a ABO (Associação Brasileira de Odontologia) local. Todo o atendimento prestado aos adolescentes é gratuito.

O Programa ofereceu algumas oficinas socioeducativas aos jovens participantes, desenvolvendo diferentes atividades direcionadas aos adolescentes. Além disso, ainda foram realizadas 17 visitas de estudo em entidades de Chapecó, com o intuito de colocar os participantes em contato direto com a sociedade.

Foram servidas no ano aproximadamente 235 refeições por dia sem custo para adolescentes e colaboradores, que totalizaram 5.170 por mês e 62.040 refeições no ano. A assistente social do Programa realizou visitas domiciliares na comunidade, principalmente na residência de adolescentes e colaboradores com problemas sociais. Houve o acompanhamento sistematizado de 33 famílias, com visitas domiciliares de forma regular.

Destacam-se também as palestras ministradas aos adolescentes participantes do Programa. Com elas, procurou-se motivar e educar para o social. No ano de 2015, o Verde Vida recebeu em torno de 3.700 pessoas interessadas em conhecer as atividades desenvolvidas. A maioria dessas visitas foi de escolas, para conhecer as iniciativas sociais e ambientais do Programa, em geral deles encaminhados pela EPAGRI. O Verde Vida também tem dado palestras sobre educação ambiental em universidades e para sociedade em geral com o intuito de prestar orientação, desta forma sensibilizando a população para a correta separação dos resíduos. No ano 2015 ocorreram 7 palestras com pessoas externas ao Programa, que envolveram cerca de 400 pessoas.

No ano de 2015 estiveram no Programa Verde Vida 06 estagiários das áreas de psicologia, contabilidade e gestão ambiental. Também houve a participação de 4 intercambistas internacionais por meio da AIESEC, conhecida hoje como a maior organização sem fins lucrativos gerida por jovens, presente em mais de 120 países.

O Verde Vida é referência no atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade e busca a autossuficiência financeira na atividade meio da reciclagem. Possui ações diretas de colaboração e resolução, com cinco dos oito Objetivos do Milênio. Houve 1 encaminhamento para o conselho tutelar e 33 atendimentos de apoio psicológico e de serviço social prestados de forma sistemática para adolescentes do Programa. Além disso, houve 3 encaminhamentos para redes especializadas. A comunidade recebeu no ano de 2015 capacitação em salão de beleza, manicure e pedicure, auxiliar administrativo e oficina de Jiu Jitsu Morganti com a participação de 45 pessoas da comunidade.

O Verde Vida empresta suas instalações sem custos, aos domingos de manhã, para o Centro Espírita Bezerra de Menezes desenvolver atividades sócio educativas e de valores para crianças de 4 a 17 anos. Atualmente são atendidas 50 crianças. O Verde Vida também empresta dois barracões de 450 m² cada para as cooperativas de reciclagem Amarluz e Asmavi, sem custos. Essas cooperativas possuem aproximadamente 12 associados cada, cujas famílias dependem da renda gerada no local, resultante da venda dos resíduos coletados, triados e vendidos, entregues no local pela coleta seletiva da prefeitura municipal.

Em se tratando de valores com serviços prestados gratuitamente, destacam-se os R\$ 17.519,13 utilizados na assistência médica/ambulatorial e farmácia, os R\$ 167.983,67 nos salários e encargos dos educadores e os R\$ 38.755,12 de despesas com alimentação e vale alimentação. Saliem-se ainda, os R\$ 790.506,12 de custo com salários, férias, 13º. salário, entre outros, do pessoal aplicado na produção. A seguir está demonstrada a tabela com a porcentagem das gratuidades.

Ano	Receita (R\$)	Gratuidade (R\$)	Gratuidade (%)
2015	1.923.142,62	396.458,67	20,62
2014	2.294.072,20	472.872,30	20,61

Assim, para fins sociais, em 2015 o Programa superou o limite mínimo de 20% de gratuidade fixado no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536 de 06 de abril de 1998.

NOTA 17 - REGISTRO DAS GRATUIDADES

As contas que contém os valores das gratuidades oferecidas pelo Verde Vida – Programa Oficina Educativa, estão registradas no grupo Despesas da DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. As contas são especificamente para este tipo de registro e dentre elas, pode-se citar Despesas com Vale Refeição, Assistência Médica e Laboratorial, Bolsa Aprendizagem, Formação e Treinamento, Promoções, Esporte e Lazer, Brindes e Presentes, Fretes e Carretos, todas localizadas no subgrupo Despesas Operacionais-Administrativas. No subgrupo das Despesas Operacionais-Social/Educ. Ambiental, encontram-se as contas Salários e Ordenados, Férias, 13º Salário, Aviso Prévio e Indenizações, Contribuição para FGTS, PIS S/Folha de Pagamento, Vale Transporte, Bolsa Aprendizagem, Fretes e Carretos, Despesa C/Promoções, Esporte e Lazer, Brindes e Presentes, Despesa C/Formação e Treinamento, Despesas C/ Alimentação, Uniformes e Material de Proteção Pessoal e Material de Consumo. Observa-se que foram citadas as principais contas, porém todas as contas demonstradas nas subcontas das Despesas Operacionais-Social/Educ. Ambiental fazem parte das gratuidades oferecidas pela entidade.

NOTA 18 – DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E DO CUMPRIMENTO DO ART. 14 DO CTN

A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto, art. 2º.

Os dirigentes, conselheiros, ou associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente; a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto no seu Estatuto Social, conforme artigos 19 e 42.

A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme mencionado na Nota 03.

Chapecó, 31 de dezembro de 2015.

Valdemar Stoll
Presidente
CPF 114.448.199-68

Karine Lehrbach
CRC/SC 033887/O-8
CPF 023.998.559-14